

A ESTRUTURAÇÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA COMO POLÍTICA PÚBLICA NO BRASIL: NEOLIBERALISMO E PROGRAMAS DE FOMENTO

THE STRUCTURING OF DISTANCE EDUCATION AS PUBLIC POLICY IN BRAZIL: NEOLIBERALISM AND PROMOTION PROGRAMS

Karen Brina Borges de Deus
Universidade Federal de Goiás

Joseany Rodrigues Cruz
Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Goiano

Daniela da Costa Britto Pereira Lima
Universidade Federal de Goiás

RESUMO. Este artigo deriva de uma pesquisa bibliográfica que investiga o impacto das regulamentações e legislações relativas à Educação a Distância (EaD), no contexto educacional brasileiro. A pesquisa examina a forma como a estruturação dessa modalidade educativa tem sido influenciada pelo neoliberalismo, tanto na esfera da regulamentação quanto no desenho de programas de incentivo. O estudo explora a criação das políticas públicas, traz um breve histórico da EaD no Brasil e analisa o impacto do neoliberalismo nesse âmbito. Além disso, discute a consolidação de iniciativas de fomento, em particular a Universidade Aberta do Brasil e a Rede e-Tec Brasil. Os resultados da análise destacam a aprofundam a interligação entre os princípios da EaD e os pilares do neoliberalismo, cuja influência também se manifesta nos programas de fomento. A assimilação desses princípios na regulamentação da EaD repercute na forma como a modalidade é concebida, regulada e promovida. A pesquisa revela que a EaD transcende a sua mera resposta às necessidades educacionais contemporâneas, emergindo como expressão das políticas orientadas pelo neoliberalismo. Os programas de fomento, a exemplo da Universidade Aberta do Brasil e da Rede e-Tec Brasil, encarnam exemplos emblemáticos da infusão dessa ideologia na estruturação da EaD. Esses programas refletem não somente a aspiração de ampliar o acesso à educação, mas também a promoção de valores alinhados com a filosofia neoliberal, tais como flexibilidade, eficiência e individualização da aprendizagem. Em suma, este estudo explora a interseção entre a EaD, as políticas públicas e o neoliberalismo no panorama brasileiro. Ele demonstra como essa modalidade educacional é moldada não apenas por considerações pedagógicas, mas também por ideologias políticas e econômicas subjacentes. A compreensão dessas influências é de importância crucial para avaliações criteriosas das políticas educacionais e para o estímulo de abordagens mais equitativas e inclusivas no contexto da Educação a Distância.

Palavras-chave: Educação a Distância. Políticas Públicas. Neoliberalismo. Fomento.

ABSTRACT. This article stems from a bibliographic research that investigates the impact of regulations and legislation related to Distance Education (DE) in the Brazilian educational context. The research examines how the structuring of this educational modality has been influenced by neoliberalism, both in terms of regulation and in the design of incentive programs. The study explores the creation of public policies, provides a brief history of DE in Brazil, and analyzes the impact of neoliberalism in this context. Additionally, it discusses the consolidation of initiatives for promotion, particularly the Open University of Brazil and the e-Tec Brazil Network. The results of the analysis highlight the deep interconnection between the principles of DE and the pillars of neoliberalism, whose influence also manifests in the promotion programs. The assimilation of these principles in DE regulation affects how the modality is conceived, regulated, and promoted. The research reveals that DE goes beyond being a mere response to contemporary educational needs, emerging as an expression of neoliberal-oriented policies. Promotion programs, such as the Open University of Brazil and the e-Tec Brazil Network, embody emblematic examples of the infusion of this ideology into the structure of DE. These programs reflect not only the aspiration to expand access to education but also the promotion of values aligned with the neoliberal philosophy, such as flexibility, efficiency, and individualization of learning. In summary, this study explores the intersection between DE, public policies, and neoliberalism in the Brazilian landscape. It demonstrates how this educational modality is shaped not only by pedagogical considerations but also by underlying political and economic ideologies. Understanding these influences is crucial for thorough assessments of educational policies and for promoting more equitable and inclusive approaches in the context of Distance Education.

Keywords: Distance Education. Public Policies. Neoliberalism. Promotion.

1 INTRODUÇÃO

Neste artigo, apresentaremos o modo como a Educação a Distância vem sendo estruturada no Brasil como modalidade de ensino impactada pelo neoliberalismo, tanto em sua regulamentação quanto na constituição dos programas de fomento como a Universidade Aberta do Brasil (UAB) e a Rede-eTec. Nesse sentido, nosso percurso foi construído tomando como base o ciclo das políticas públicas, definido por Rodrigues (2011), Howlett e Ramesh (2013), para, na sequência, compreender como se deu a estruturação da Educação a Distância como uma política pública nacional, que se constitui como objetivo central deste trabalho.

Esse percurso foi traçado por entendermos a importância de termos um posicionamento crítico sobre a EaD, que, apesar de possibilitar o acesso de muitas pessoas a cursos em diferentes áreas e níveis, vem sendo utilizada para atender aos interesses do mercado, impostos pelo capitalismo, deixando de lado a verdadeira essência da modalidade.

Para este trajeto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental sobre as legislações que regem a EaD no país, como o artigo 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 20 de dezembro de 1996 e o Decreto n.º 5.622 de 19 de dezembro de 2005, juntamente com suas revogações pelo Decreto n.º 9.057 de 25 de maio de 2017.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 EaD como Política Pública no Brasil

Para que possamos compreender como se deu a estruturação da Educação a Distância no Brasil como uma política pública, conforme proposta

deste artigo, é importante entendermos como as políticas públicas, de modo geral, são estabelecidas.

Segundo Rodrigues (2011), “[...] às Políticas Públicas envolvem a produção de bens públicos, cabendo ao Estado intervir no ordenamento social por meio de ações jurídicas, sociais e administrativas que garantam políticas que possam se processar oriundas de diversos interesses, necessidades e demandas de uma determinada população que vive em um território delimitado” (p. 13). Höfling utiliza a nomenclatura Políticas Sociais para se referir às ações do governo que objetivam o bem social e coletivo. A autora enfatiza que as Políticas Públicas são concebidas mediante a implementação de ações e programas que visam o bem-estar geral e a redução das desigualdades e disparidades sociais.

Nesse sentido, podemos afirmar que as Políticas Públicas são desenvolvidas por meio de ações e programas que buscam o bem comum e a diminuição de abismos sociais e desigualdades. Elas são estruturadas em fases ou estágios que, juntos, são denominados de ciclos de política. Howlett e Ramesh (2013) dividiram o processo da política pública em cinco etapas: (1) montagem da agenda; (2) formulação; (3) tomada de decisão; (4) implementação e (5) avaliação. Nesse modelo, prevalece a ideia de que uma política se inicia a partir da percepção de problemas, passa por um processo de formulação de propostas e decisão, segue sendo implementada, para, enfim, ser avaliada e dar início a um novo processo de reconhecimento de problemas e formulação de políticas. Segundo os autores, as etapas devem ser observadas como complementares e não estáticas.

Essa compreensão de como se constitui uma política pública nos dá subsídios para entendermos a configuração da educação a distância no país, como “fruto de ações governamentais e privadas com vistas à implantação,

expansão e democratização da educação ao longo de algumas décadas” (CRUZ; LIMA, p. 2, 2019), conforme veremos a seguir.

2.2 Breve Histórico da Ead no Brasil

Alves (2009) relata que a história da educação a distância (EaD) no Brasil remonta ao século XIX, com os primeiros registros datados de 1891. Naquela época, um curso de datilografia foi anunciado em um jornal, representando uma das primeiras iniciativas nesse formato. O desenvolvimento da EaD continuou ao longo dos anos, com marcos importantes, como a fundação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro em 1923, que transmitia programas educativos e de interesse público. Nos anos seguintes, diversas instituições voltadas para a realização de cursos básicos para o mercado de trabalho surgiram, como o Instituto Monitor em 1939 e o Instituto Universal Brasileiro em 1941. Na década de 1960 até a década de 1970, a televisão se tornou uma importante ferramenta educacional, com incentivos governamentais e programas de sucesso criados pela Fundação Roberto Marinho, como os telecursos. Outras iniciativas notáveis incluem a criação da Televisão Educativa - TVE do Ceará em 1974, a TV Cultura em 1978 e o programa "Um Salto para o Futuro", fruto de uma parceria entre o Governo Federal, as Secretarias Estaduais de Educação e a Fundação Roquette Pinto, com o objetivo de formar professores. Com o passar dos anos, o Ministério da Educação tomou medidas para fortalecer a EaD, marcadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996 e pela criação do sistema UAB (Universidade Aberta do Brasil) em 2005/06. A UAB, estabelecido pelo Decreto nº 5.800/2006, surgiu em parceria com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior e Empresas Estatais, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação, com o propósito de expandir e interiorizar a formação superior no país (BRASIL, 2006).

Em seus estudos, Cruz e Lima (2019) subdividem a trajetória da EaD brasileira em dois períodos: o período pré-Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) e o período pós-LDB, numa construção textual que vai ao encontro da nossa percepção, uma vez que, antes da LDB, a EaD no país possuía uma configuração diferente de como ela passou a ser ofertada após este marco legal.

[...] entre 1978 e 1995, a educação a distância vai se consolidando por iniciativas em que a presença do Estado é ponto-chave, algumas vezes individual, com o apoio de universidades e, em outras, com parceiros privados. Os recursos didáticos e metodológicos utilizados pelas instituições apresentadas na figura eram, sobretudo, audiovisuais televisivos com a possibilidade de o aluno adquirir o material impresso, cuja formação se dava de maneira passiva, ou seja, os interlocutores não estabeleciam uma interação efetiva com o produto educacional, a não ser com outros estudantes nos espaços coletivos para exibição dos materiais, inspirados em salas de aula convencionais. (CRUZ; LIMA, p. 5, 2019)

Após essa etapa, iniciou-se o período pós-LDB, marcado pelo fortalecimento de políticas públicas voltadas à EaD, formuladas com vistas à expansão da modalidade. Conforme apontam as autoras,

Em 1996, a educação a distância ganhou mais força com o Decreto n.º 1.917, de 27 de maio, que determinava, oficialmente, a criação da Secretaria de Educação a Distância e ao ser contemplada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, n.º 9.394/1996. Apesar de a LDB, neste momento, ainda tratar a implementação da EaD no Brasil de forma superficial, ela representou um avanço significativo, já que foi a primeira vez em que a modalidade foi apresentada em forma de lei. (CRUZ; LIMA, p. 6, 2019)

Após a LDB, merece destaque o decreto n.º 5.622, de 2005, que regulamentou o artigo 80 da LDB, passando a obrigar que os cursos em EaD fossem realizados com o mesmo período do curso equivalente na modalidade presencial; permitiu que ela fosse utilizada na educação básica como complemento à formação do aluno; normatizou o credenciamento da educação especial, profissional, técnica, tecnológica e educação superior em nível de graduação, especialização, mestrado e doutorado; definiu regras de certificação e estabeleceu critérios dos exames presenciais, estágios, defesa de trabalhos

de conclusão de curso e atividades relacionadas a laboratórios de ensino; estabeleceu que os cursos fossem válidos em todo o território nacional, com diplomas emitidos conforme a legislação educacional vigente e ministrados com corpo docente, pessoal técnico e administrativo capacitado em EaD, além da necessidade de infraestrutura e de suporte (BRASIL, 2005). Segundo Cruz e Lima (2019), o decreto permitiu o crescimento da EaD já que “[...] pela primeira vez, a modalidade passou a ocupar lugar de destaque em políticas educacionais, tornando-se, inclusive, política de Estado” (p. 9).

Passaremos agora ao entendimento de como se configuraram os programas de fomento à EaD pública no Brasil, que foram regulamentados a partir do Decreto 5.622/2005.

2.3 Fomento à EaD Pública no Brasil

A expansão da EaD pública no Brasil está relacionada a duas políticas cruciais para a EaD brasileira: a Universidade Aberta do Brasil (UAB) na educação superior e a Rede e-Tec Brasil na educação profissional técnica e tecnológica (EPTT).

A UAB é uma política pública de articulação entre a Secretaria de Educação a Distância SEED/MEC e a Diretoria de Educação a Distância - DED/CAPEES, com vistas à expansão da educação superior, no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação. Os principais objetivos dessa política são a ampliação do acesso à educação pública superior, a redução das desigualdades de oferta de cursos superiores nas diferentes regiões do país e o desenvolvimento institucional para a modalidade de Educação a Distância. Com o resultado positivo da expansão e interiorização dos cursos da Universidade Aberta do Brasil, devido à forte adesão de Prefeituras e Instituições de Ensino Superior (IES), foi criado, em 2007, com o Decreto nº 6.301, o Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil (E-Tec Brasil), com propósitos

semelhantes, porém com outro direcionamento: a Educação Profissional Técnica (BRASIL, 2007).

No contexto da Rede E-tec, o primeiro decreto a regulamentar e fomentar a oferta da educação profissional a distância foi o 6.301/07. Sob esse decreto, o governo estabeleceu o programa Escola Técnica Aberta do Brasil (E-Tec), visando disponibilizar cursos técnicos a distância nos três modelos de articulação previstos na legislação nacional da Educação Profissional e Tecnológica (BRASIL, 2004, p. 400). Em 2011, o decreto 6.301 foi revogado pelo decreto 7.589/11, que redistribuiu a responsabilidade de oferta de cursos técnicos a distância para os serviços nacionais de aprendizagem (Sistema S) e para os Institutos Federais. Esse processo transformou a E-Tec em Rede E-Tec. Na mesma ocasião da revogação do decreto 6.301/07, foi aprovada a Lei nº 12.513, que instituiu o PRONATEC e agregou à sua estrutura a Rede E-Tec, atribuindo-lhe a responsabilidade pela oferta de cursos a distância.

Em 2017, foi apresentado pelo Governo Federal o MedioTec EaD como uma ação do Pronatec que ocorreu paralelamente à reforma do ensino médio e que tem, entre seus propósitos, a formação técnica e profissional como mais uma alternativa para o jovem estudante. Os Institutos Federais são encarregados de ministrar os cursos em EaD e as escolas estaduais e privadas submetidas a edital, ministram cursos presenciais. (BRASIL, 2017).

No caso da UAB, da Rede E-tec, e do MedioTec EaD, todos se constituem como Políticas Públicas categorizadas como educacionais, que foram adotadas pelo IF Goiano e por vários outros Institutos Federais e Universidades Federais do país. Esses programas têm como principal proposta o fortalecimento das políticas de educação a distância mediante a convergência das ações de fomento e execução, de produção pedagógica e de assistência técnica, para a oferta da educação superior e profissional técnica de nível médio pelas Instituições de Ensino Públicas, na modalidade de Educação a

Distância. É importante destacar que esses programas sempre sofreram influência dos interesses capitalistas e mercadológicos, tão presentes na EaD, tanto no passado quanto nos dias atuais, conforme veremos a seguir.

2.4 Neoliberalismo e Educação a Distância

Para compreendermos como a Educação a Distância vem se consolidando no Brasil é importante esclarecermos que ela possui relação com interesses capitalistas e mercadológicos, que impactam não somente a modalidade, mas a educação como um todo. Em termos gerais, conforme propõe Harvey (2008),

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livre comércio. (HARVEY, 2008, p. 12)

Conforme aponta Mota (2012), o ápice do neoliberalismo foi nos anos 1970 quando o mundo atravessava, tanto nos países centrais como nos periféricos uma profunda crise do sistema capitalista, também denominada de crise estrutural do capital, que travou o ritmo de crescimento individual dos países industrializados, desencadeando o capitalismo global (HARVEY, 2008). Conforme aponta Cruz (2022), o neoliberalismo caracterizou-se pelo crescimento da desigualdade econômica e social, o aumento da pobreza, sobretudo nos países já pobres, gerando um ambiente global catastrófico com uma economia instável devido à disseminação de falsas ideias de que o único caminho possível de reversão da crise seria por meio da expansão do capitalismo e conseqüentemente do livre comércio.

A crise econômica ocorrida ao final do século XX forçou profunda reconfiguração das estruturas do capitalismo, possibilitada pelos desenvolvimentos tecnológicos da época ocorrendo a globalização da doutrina

neoliberal, sendo as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) utilizadas como instrumento de sua disseminação, controle e manutenção. Neste sentido, a educação, ou os sistemas públicos de ensino, foram tomados como elementos primordiais deste processo de manutenção da ideologia neoliberal, ponto evidente devido às reformas educacionais efetivadas no Brasil, a partir da década de 1990, orientadas por superestruturas institucionais denominadas de organismos multilaterais, tais como, o Banco Mundial (BM), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Tais instituições, a partir do Consenso de Washington de 1989, passaram a influenciar as políticas públicas do Brasil e demais países em desenvolvimento. Conforme expõe Cruz (2022), o sistema de ensino brasileiro foi estruturado obedecendo a essa lógica do capital neoliberal, o que também ocorre com a EaD, que vem demonstrando, ao longo dos anos, estreita relação com o ideário neoliberal.

Um exemplo disso é o modo como os programas de fomento à EaD vem se constituindo no país como políticas de governo, sem estarem relacionados a medidas sólidas de promoção e acesso ao conhecimento, fazendo com que sua credibilidade seja questionada. “O que se percebe na Universidade Aberta do Brasil é que a instabilidade de editais impacta na organização da EaD das IPEs, que dependem do fomento para manter a oferta de cursos, mesmo que os valores sejam reduzidos ano após ano”. (CRUZ, 2022, p. 102)

O mesmo movimento pode ser percebido na Rede e-Tec, que inclusive, está suspenso pelo governo federal, demonstrando falhas nessas políticas públicas contribuindo para a expansão das instituições privadas, de modo que a modalidade acaba sendo utilizada com vistas aos interesses do capital.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No país, o processo de construção e reconhecimento da modalidade a distância é também concomitante ao processo de globalização, expansão e construção legal da educação como mercadoria. Pode-se perceber esse movimento “educação-mercadoria” a partir da instauração da LDB, na qual as instituições de ensino superior com fim lucrativo passaram a existir na legislação do país como instituições legalmente reconhecidas, o que pode ser identificado em outros documentos voltados à EaD. Ao analisarmos a educação mediada por tecnologias, notamos uma forte pressão pelos processos de mecanização, em especial na sociedade capitalista industrial, tornando a educação uma mercadoria financeirizada. Com isso, as ferramentas tecnológicas passam a contribuir para que os processos que envolvem o fazer pedagógico entrem na lógica já estabelecida ao processo produtivo de maximização do lucro e aumento da produtividade. A tecnologia, que não é neutra, passa a ser utilizada como uma ferramenta do capital, uma vez que está inserida na lógica da acumulação do lucro.

Ao observar a estreita relação com o ideário neoliberal do ensino brasileiro, as falhas nas políticas públicas educacionais e a descontinuidade de programas importantes para a manutenção do ensino, percebemos que a educação socialmente referenciada, pública, gratuita e de qualidade vem sofrendo com a instabilidade e a falta de fomento. Esse espaço, que deveria ser ocupado pelas instituições públicas de ensino, acaba sendo ocupado por instituições privadas, que têm o olhar voltado apenas para a comercialização da educação, caminhando em direção à lógica mercantil, especialmente no ensino superior.

4 REFERÊNCIAS

ALVES, J. R. M. A história da EaD no Brasil. In: LITTO, F.M e FORMIGA, Marcos (org.). **Educação a Distância o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education no Brasil, 2009.

BRASIL. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <https://link.ufms.br/1hwpw>. Acesso em: 30 mai. 2022.

BRASIL. **Decreto n.º 5.622, de 19 de dezembro de 2005**. Regulamenta o art. 80 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <https://link.ufms.br/Mn84B>. Acesso em: 31 mai. 2022.

BRASIL. **Ministério da Educação. Decreto n.º 5.800, de 08 de junho de 2006**. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. Brasília, DF. 2006c. Disponível em: <https://link.ufms.br/ziDUB>. Acesso em: 31 mai. 2022.

BRASIL. **Decreto n.º 6.301, de 12 de dezembro de 2007**. Institui o Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil – e-Tec Brasil. Brasília, DF, Disponível em: <https://link.ufms.br/zDK3k> . Acesso em: 31 mai. 2022.

CRUZ, J. R.; LIMA, D. C. B. P. Trajetória da educação a distância no Brasil: políticas, programas e ações nos últimos 40 anos. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 13, n. 13, 2019, p. 1- 19. Disponível em: <https://link.ufms.br/1cGkl>. Acesso em: 30 mai. 2022.

CRUZ, J. R.. **A institucionalização da EaD no contexto da educação profissional e tecnológica: o caso do IF GOIANO**. 2022. 222 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2022.

HARVEY. D. **O neoliberalismo: histórias e implicações**. Tradução Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HOFLING, E. de M. **Estado e políticas (públicas) sociais**. Cadernos de Educação. CEDES. v.21 n.55 Campinas, nov. 2001.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M.; PERL, Anthony. **Política pública – Seus ciclos e subsistemas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

MOTA, A. E. Redução da Pobreza e aumento da desigualdade social: um desafio teórico-político para o Serviço Social. In: MOTA. A. E. (org.). **Desenvolvimento e Construção da Hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade social**. São Paulo: Cortez, 2012.

RODRIGUES, M. M. A. **Políticas Públicas**. São Paulo: Publifolha, 2011. P. 46-53.

Sobre as autoras

Karen Brina Borges de Deus

Atua na equipe multidisciplinar do Centro de Referência em Ensino em Rede (CERFOR) do Instituto Federal Goiano. Tem bacharelado em Administração pela Universidade Federal de Goiás. Mestranda do programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal de Goiás. É membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Tecnologias e Educação a Distância – GEaD/CNPq/UFG e da Rede de Pesquisa em EaD Brasil, América Latina e Moçambique (Unirede, 2021-2024).

E-mail: karenbrina@gmail.com

Joseany Rodrigues Cruz

É professora efetiva do Instituto Federal Goiano, onde atua como Diretora do Centro de Referência em Ensino em Rede (CERFOR). Tem licenciatura em Letras e bacharelado em Comunicação Social pela PUC Minas. É mestra em linguística e língua portuguesa pela mesma universidade e doutora em Educação pela Universidade Federal de Goiás. Foi membro da Rede de pesquisa em Educação a Distância da região Centro-Oeste (CNPq, 2019-2021). É membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Tecnologias e Educação a Distância – GEaD/CNPq/UFG e coordenadora da Região Centro-Oeste da Rede de Pesquisa em EaD Brasil, América Latina e Moçambique (Unirede, 2021-2024).

E-mail: joseany.cruz@ifgoiano.edu.br

Daniela da Costa Britto Pereira Lima

Pedagoga, Doutora em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (UFRJ) e Pós-Doutora em Educação (UFMT). Professora do Curso de Pedagogia da UFG e atual coordenadora (2022-atual) do Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado e Doutorado) da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Tecnologias e Educação a Distância – GEaD/CNPq/UFG. Editora chefe da Revista EmRede (Unirede) e Editora Associada da RBPAE/Anpae. Foi coordenadora geral da Rede de pesquisa em Educação a Distância da região Centro-Oeste (CNPq, 2015-2018; 2019-2021) e atualmente é líder da Rede de Pesquisa em EaD Brasil, América Latina e Moçambique (Unirede, 2021-2024). Coordenadora do GT -16 da Anped (2022-atual) e Coordenadora do Forpred- CO (2022-atual).

E-mail: daniela_lima@ufg.br

Licença de acesso livre



A **ESUD | CIESUD** utiliza a [Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional](#), pois acredita na importância do movimento do acesso aberto ao conhecimento.